

**ESCALA, TRABALHO E SABER: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE
ESCALAR NA GEOGRAFIA¹**

Fredi dos Santos Bento

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
E-mail: fredisousuke@gmail.com

Guilherme dos Santos Claudino

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
E-mail: guilhermeclaudinogeo@gmail.com

Resumo

Neste início do século, amplia-se a ofensiva do capital sobre o trabalho em monta jamais vista, o que nos instiga a qualificar os desafios e saídas para uma ruptura com o metabolismo societário do capital, levando em consideração que as alternativas propostas que não se pautam na irrupção deste modelo destrutivo, acabam por legitimar as graves contradições que marcam o mesmo. Dessa forma, tencionamos entender o papel da escala geográfica em ler e apreender tal fenômeno, bem como as respostas que a análise escalar pode oferecer dada a necessária ruptura com o atual estado de coisas vigente. Nesse sentido, quais são os desafios que se colocam para emprendermos uma leitura geográfica do trabalho a partir da escala? De que forma a análise escalar pode aclarar os desafios que se interpõem ao questionarmos o modelo societário vigente, ao mesmo tempo em que é preciso que nos perguntemos, o que é escala? De qual (is) escala(s) estamos tratando? Qual o papel que a mesma tem desempenhado na ciência geográfica? Essas e outras questões nos estimulam a tratar tal questão pelo fato de que o mesmo tem gerado certa controvérsia no que tange ao efetivo papel da escala na construção do saber geográfico, sendo portanto primordial que possamos nos debruçar sobre a temática, sem deixarmos de considerar os desafios que se interpõem ao optarmos por uma ou mais escalas na construção da objetivação de um determinado processo ou fenômeno a ser analisado.

Palavras-chave: Escala; escala geográfica; trabalho; saber geográfico.

**SCALE, LABOR AND KNOW: AN INTRODUCTION TO THE SCALAR
DEBATE IN GEOGRAPHY**

Abstract

At the beginning of this century, the offensive of capital over labor in ever-increasing numbers is amplified, which instigates us to qualify the challenges and opportunities for a rupture with the corporate capital metabolism, taking into account that the proposed alternatives that are not the eruption of this destructive model, end up legitimizing the serious contradictions that mark the same. Thus, we intend to understand the role of geographic scale in reading and apprehending such phenomenon, as well as the answers that scalar analysis can offer given the necessary rupture with the current state of things in force. In this sense, what are the challenges for a geographic reading of work from the scale? How can scalar analysis clarify the challenges that arise when we question the current corporate model, at the same time we need to ask ourselves, what is scale? Which scale (s) are we dealing with? What role has it played in geographic science? These and other issues encourage us to address this issue by the fact that it has generated a certain controversy regarding the effective role of the scale in the construction of geographic knowledge, and it is therefore of the utmost importance that we can focus on the subject, without neglecting to consider the challenges that stand in the way of choosing one

¹ O presente artigo trata-se de um esforço empreendido ao longo da disciplina: “A escala geográfica na análise espacial” oferecida pelo docente Márcio José Catelan, no intuito de podermos clarificar uma série de questionamentos que se interpõem ao pensarmos em respeito ao papel da escala na ciência geográfica.

or more scales in the construction of the objectification of a particular process or phenomenon to be analyzed.

Key words: Scale; geographical scale; labor; geographic knowledge.

ESCALA, TRABAJO Y SABER: UNA INTRODUCCIÓN AL DEBATE ESCALAR EN GEOGRAFÍA

Resumen

En este inicio del siglo, se amplía la ofensiva del capital sobre el trabajo en monta jamás visto, lo que nos instiga a calificar los desafíos y salidas para una ruptura con el metabolismo societario del capital, teniendo en cuenta que las alternativas propuestas que no se en la irrupción de este modelo destructivo, acaban por legitimar las graves contradicciones que marcan el mismo. De esta forma, pretendemos entender el papel de la escala geográfica en leer y aprehender tal fenómeno, así como las respuestas que el análisis escalar puede ofrecer dada la necesaria ruptura con el actual estado de cosas vigente. En ese sentido, ¿cuáles son los desafíos que se plantean para emprender una lectura geográfica del trabajo a partir de la escala? ¿De qué forma el análisis escalar puede aclarar los desafíos que se interponen al cuestionar el modelo societario vigente, al mismo tiempo que es preciso que nos preguntemos, qué es escala? ¿De qué escala (s) estamos tratando? ¿Cuál es el papel que ha desempeñado en la ciencia geográfica? Esas y otras cuestiones nos estimulan a tratar tal cuestión por el hecho de que el mismo ha generado cierta controversia en lo que se refiere al efectivo papel de la escala en la construcción del saber geográfico, siendo por lo tanto primordial que podamos contemplar la temática, sin dejar de considerarlos los desafíos que se interponen al optar por una o más escalas en la construcción de la objetivación de un determinado proceso o fenómeno a ser analizado.

Palabras-clave: Escala; escala geográfica; trabajo; saber geográfico.

Introdução

O texto em consecução é resultado de um constructo que parte de uma série de possibilidades e objetividades aferidas ao longo da disciplina “A escala geográfica na análise espacial”, tendo em vista a importância de pormos em debate o papel da escala geográfica na produção do saber geográfico, bem como seus limites, desafios e porque não, desvios, ao ler a realidade objetivada pelos mais diferentes processos e fenômenos a serem estudados.

Ademais, ao pensarmos em respeito a escala, a primeira coisa que nos vem em mente, diz respeito ao papel da mesma em nossa própria vida cotidiana, bem como na resolução de uma série de questões que margeiam o homem, e por isso este ter buscado na natureza certa ideia de ordem que pudesse dar conta de solucionar aquilo que ele apreendia ao seu entorno, bem como os diversos seres que o cercavam (BAHIANA, 1986).

Melazzo; Castro (2007) nos permitem estocar outro ponto importante no que diz respeito à escala da ação produzida por cada sujeito, chamando a atenção para as relações sociais, econômicas e culturais, com o sentido de se efetivar a apropriação/domínio das escalas, dado que o homem ao longo de sua história tem não apenas atuado enquanto

produtor de escalas, como também enquanto articulador das mais variadas escalas em prol da objetivação de diferentes ações.

Ao tensionarmos a apropriação/domínio das escalas não podemos perder de vista o intrincado jogo que envolve as mesmas ao esmiuçarmos a sociedade sob o metabolismo societário do capital, tendo em conta que este herda a escala de atuação global, promovendo a articulação, destruição, reconstrução e ordenamento das escalas, que passam a exprimir, assim, seu projeto de dominação num modelo que é marcado por uma lógica incontrollável, dado que o capital é ao mesmo tempo exploração e civilização, margado pela barbárie social causada pelo desenvolvimento destrutivo de suas forças produtivas que trazem uma série de rebatimentos para a classe trabalhadora, num processo que Mézáros (2014) qualifica enquanto produção destrutiva da civilização humana, e que nos permite por em debate as transformações ocorridas na organização escalar promovidas pelo capital e seu potencial de hierarquiza-las (SMITH, 1998; BRENNER, 2013).

Em contrapartida, Costa (2012) alerta de que apesar de o capital atuar numa escala global, suas ações resvalam para outras escalas, nos permitindo pensar no metabolismo societário em voga não apenas atuando globalmente, como também produzindo uma “escala de dominação”, e que entra em choque com as escalas do cotidiano, permitindo-nos questionar os interesses que se interpõem para a articulação entre as escalas promovidas pelo capital, interesses esses que se expressam quando tomamos em consideração a escala do território nacional e mesmo a regional, haja vista os rebatimentos que as diretrizes propostas por escalas maiores como a global, determinam no território nacional.

Essa questão é importante para todos nós preocupados em esmiuçar e desmistificar as ações empreendidas pelo modelo societário vigente no território brasileiro, dado que as escalas projetam e refletem o controle societário estabelecido para toda a sociedade, sendo nosso papel realizarmos uma leitura que dê conta de analisar tais conteúdos.

Para tanto, ao tratarmos da análise escalar, não podemos perder de vista que jamais daremos conta de empreender uma leitura em respeito a um processo ou fenômeno em sua totalidade, sendo importante o debate no que tange ao recorte a ser apreendido e que em nosso caso diz respeito à possibilidade de realizarmos uma leitura geográfica do trabalho a partir do agronegócio canavieiro, que sob a prerrogativa do discurso falacioso do desenvolvimento nacional, sustentável etc., omite diversos agravos no que tange aos descumprimentos trabalhistas, à saúde dos trabalhadores, à sustentabilidade, a questão

sindical, ambiental dentre outros rebatimentos de sua atuação no território nacional nas mais variadas escalas.

Em contrapartida, as questões apresentadas são parte de uma análise que deve ser tomada enquanto prioritária, que é a de entendermos efetivamente o que é a escala, e de qual escala estamos tratando ao construirmos o saber geográfico, bem como qual o papel que esta tem na desmistificação das contradições que permeiam o atual estado de coisas.

A abordagem escalar é colocada, por vezes, a parte nos mais diversos estudos que referenciam as categorias e conceitos que objetivam a ciência geográfica, o que é uma contradição, uma vez que é pela escala que podemos apreender a realidade estudada, sendo nosso interesse neste texto darmos uma melhor significação para um conceito tão importante na construção desta ciência, porém tão vilipendiado ao patamar de um conhecimento anexo, que é o da análise escalar.

Desse modo, o texto apresenta três seções, na primeira traremos do debate a e da necessidade de pensarmos a escala, bem como seus sentidos e significados. Em seguida, proporemos o debate sobre a abordagem escalar na ciência geográfica, e seu papel na construção da mesma, permitindo-nos empreender uma leitura pautada pelas relações capital x trabalho manifestas no território da agroindústria canavieira no país, e, concomitantemente, as que atuam na promoção/desenvolvimento destes capitais no território nacional, ao mesmo tempo em que se constroem e se arranjam as articulações entre as mais diferentes escalas através do ordenamento territorial promovido pelo setor canavieiro, a exemplo da configuração gestada na 10a Região Administrativa de Presidente Prudente, sendo assim, a partir de tal recorte, poderemos analisar as mediações que se estabelecem para pensarmos o jogo de escalas que dão o tom no metabolismo societário do capital.

O pensar a(s) escala(s). O que é (são) a(s) escala(s)? Qual (is) escala(s)?

Nesta segunda década do século XXI, é preciso que nos direcionemos para os sinais dos tempos oferecidos pelo capital, dado estes expressarem o conteúdo de irracionalidade que perpassa o nosso tempo histórico, tomando em consideração, ainda, a nova polissemia que caracteriza a classe trabalhadora, levando em conta as marcas destrutivas geradas

pelo capital, e seu rebatimento nas mais diferentes escalas de análise do fenômeno (THOMAZ JUNIOR, 2011).

Dessa forma, em nenhuma época foi tão importante tensionarmos os reais significados e conteúdos que se apresentam para a produção das escalas na construção do conhecimento, tendo em vista que através das escalas podemos captar as contradições que passam nosso tempo histórico, pois ao compreendermos o fenômeno estamos atingindo sua essência manifesta a partir das contradições que se exprimem diariamente para a humanidade, nas suas relações travadas enquanto seres históricos que exercem determinadas atividades (KOSIK, 1976).

Ao objetivarmos a escala, é preciso que compreendamos que para entender seu significado, sua funcionalidade e atuação, temos que conhecer sua estrutura, ou seja, como é produzida, porque e para quem é produzida, assim como as finalidades e porque não “contra finalidades” existentes na apropriação e manifestação das mesmas para as relações desenvolvidas no interior da sociedade capitalista, sendo imprescindível captarmos o movimento do real interno por de trás da questão, enquanto forma de alcançarmos os reais entendimentos no que diz respeito à produção/existência das escalas, dado que a melhor maneira de realizarmos tal empreendimento é mergulhando na própria abordagem escalar, o que nos possibilita a transformação da mesma através do nosso agir (KOSIK, 1976).

Porém, ao tensionarmos o movimento do real, estamos enfatizando um todo que não é “apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também sua criação, estrutura e gênese”, e por isso ao tratarmos da abordagem escalar, é necessário compreender interação necessária que resulta na criação do todo (KOSIK, 1976).

Tal criação não deve perder de vista o poder e o papel da escala, que inclusive resulta na criação de determinados fenômenos, bem como a materialização da mesma permite deprendermos determinado processo em análise, pois a “ideia de escala se impõe assim que aparece a necessidade de representar ou de representar-se” a realidade em que estamos inseridos, sendo essa marcada pelo sociometabolismo do capital, e seus agravos e contradições para a humanidade (RACINE, RAFFESTIN, RUFFY, 1983 p.127; BAHIANA, 1986; MELAZZO, CASTRO, 2007).

Sousa (2013) assevera que a problemática envolvendo a questão escalar rebate no caráter ontológico das mesmas, dado o autor questionar se de fato existiriam escalas no mundo real, ou se estas seriam apenas “artifícios intelectuais” que nos utilizamos para ana-

lisar o movimento do real, pois a escala é um meio de contextualizar a realidade. Em oposição a essa ideia, é preciso que consideremos que a escala não é uma realidade fixa, desenvolvendo-se a partir do metabolismo societário vigente (SMITH, 1998).

Nesse sentido, ao trazermos para o debate essa discussão, demarcamos o profícuo exercício realizado ao longo da disciplina, que é o de pensar, pois se a realidade está em movimento, é necessário que pensemos em respeito ao movimento, como também que nossas reflexões, ideias, dúvidas, certezas e incertezas sejam fruto desse movimento, por isso a necessidade de pormos nosso pensar em movimento (KOSIK, 1976; LÉFÈBVRE, 1983).

Prado Júnior (1969, p.652) afirma que “o indivíduo pensante age em função de seu pensamento, e é para agir que ele pensa”. Dessa forma, a importância do pensar a realidade, não deve nos eximir do interesse de poder e, sobretudo querer, modificá-la, porém o ato de pensar não deve estar desatrelado da leitura de mundo que o ser social pensante se proponha a fazer, e que nesse debate resvala para a preocupação em respeito ao quadro de contradições que se apresentam para a construção de uma abordagem escalar, exemplificada numa leitura geográfica do trabalho², nesse início do século XXI, dado o expediente regressivo aventado para os trabalhadores e trabalhadoras, como no caso da configuração existente na 10a Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, tendo em vista a expansão do agronegócio canavieiro e seus impactos para as relações de trabalho.

Ranieri (2011, p.25-26) ressalta que a atividade do pensar permite a negação do existente, pois o “pensamento transforma o que é dado em algo outro”, distinto do pensamento a priori, sendo essa uma representação necessária na construção do saber científico a partir da leitura e apreensão da realidade por cada ser humano, cabendo nessa afirmação, às distintas visões de mundo materializadas para cada ser, e que por si só possibilitam diferentes leituras da realidade.

Carlos (2009) adverte que ao pensarmos o conhecimento, estamos ao mesmo tempo construindo-o, e isso vale para as categorias e conceitos que marcam a ciência geográfica, dado que “não há verdades eternas, mas um pensamento em mudança constante que exige sempre novos parâmetros”, e isso fica claro quando colocamos em debate o papel da

² Nesse texto, estamos entendendo o trabalho enquanto condição de existência do homem, dado que o trabalho apresente uma dupla transformação, pois o homem que trabalha é transformado por seu trabalho, bem como atua sobre a natureza e a transforma, relação que configura a interação dos homens com a natureza a partir do trabalho, sendo importante enfatizar que o trabalho permite a passagem do ser em si do homem para ser para si possibilitando a “transformação material da realidade material” (LUKÁCS, 2012, p.285-286). *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n.10, v. 03, p. 90-112, jan-abril, 2019.*

escala na construção do saber, ao mesmo tempo em que o conceito de escala não deve ser confundido com outros que fazem parte do plantel de conceitos da Geografia como alerta Brenner (2013).

Oliveira et.al (2011) definem a escala enquanto um problema epistemológico, a partir de sua análise que versa a escala a partir da ideia da mesma enquanto medida de proporção. Santos (1996) sinaliza para a necessidade de selecionarmos uma fração (recorte/ aspecto) da realidade enquanto forma de construirmos tal saber, a partir daquilo que é apreensível aos nossos sentidos, amparado num arcabouço de conceitos que efetivamente deem conta de empreender uma leitura dos conteúdos que qualificam a escala de análise.

Todavia, ao falarmos de escala, salta a noção de escala cartográfica, expressão quantitativa por excelência, representada sob a forma de uma escala numérica, em que quanto menor a escala maior o ponto a partir do qual partirmos na análise de um terreno, sendo expressão então de uma relação matemática, topográfica e métrica que existe entre as dimensões de um objeto na realidade, permitindo que se estabeleça modelizações sobre um espaço aferido. (BAHIANA, 1986; SILVEIRA, 2004; MACÊDO, 2009; SOUSA, 2013).

Tal é a associação da escala com a escala cartográfica, que Sposito (2006, p.144) adverte que o “domínio espacial da realidade tem sido mais considerado do ponto de vista da escala cartográfica do que da escala geográfica”, tendo um papel primordial na construção de mapas, bem como na implementação de um determinado recorte de análise espacial.

Entretanto, é insuficiente a nosso ver a apresentação da escala enquanto simples medida do terreno, ou instrumento para projetar/representar o real, dado que o problema da escala é primordial para o geógrafo, e desse modo à escolha da escala de análise se deve as preferências daqueles que se ocupam em analisar determinados processos ou fenômenos, sendo importante considerarmos que podemos escolher previamente a melhor escala que dê conta daquilo a que nos propomos entender, todavia devemos sempre nos questionar: mas afinal o que é a escala? E quais são as escalas que melhor se adequam aos problemas que queremos analisar (RACINE; RAFFESTIN, RUFFY, 1983; MELAZZO; CASTRO, 2007).

Bahiana (1986) nos leva a contemplar como a questão da escala tem sido tratada na ciência geográfica desde o período marcado pela então conhecida Geografia Tradicional até as perspectivas atuais, com ênfase para aquelas com um viés comportamental-humanista, em que a escala pode ser associada a quadros de referência para processos, quer sejam esca-

las de percepção como processos de difusão e crítico-dialético, em que o viés assumido se dá pela visualização das mesmas enquanto um processo social.

Racine; Raffestin; Ruffy (1983) chamam a atenção para a grande escala em que estariam presentes a informação factual, os dados individuais ou desagregados, a tendência à heterogeneidade e a pequena escala marcada pela informação estruturante, dados agregados, tendência à homogeneidade e ao modelo e valorização do organizado e do produtivismo.

Melazzo; Castro (2007, p.138) ao questionarem se as escalas seriam uma noção, conceito ou teoria, nos permitem asseverar que enquanto uma noção, a escala se associa a uma representação, enquanto elemento que permite representar a realidade (um recurso). Ademais, enquanto conceito a escala torna-se uma estratégia para revelar ou esconder “determinadas facetas apreensíveis a partir da escolha deliberada do sujeito cognoscente”.

Ao passo que, mais que uma representação da realidade ou estratégia para revelar/omitir facetas de um objeto em análise, a escala também pode ser lida enquanto um ponto de partida para a construção de um objeto do conhecimento, sendo entendidas então enquanto escalas de análise, variando de acordo com as questões/problemas apontados pelos sujeitos que orientam a construção das mesmas, e que nos permitem por em debate quais as dificuldades de se empreender uma análise escalar de determinados processos no que diz respeito à atuação do capital e sua capacidade não apenas de controlar e criar escalas, como também de omitir/ofuscar possibilidades de construção escalar que se oponham àquelas sob a influência do mesmo (SOUSA, 2013).

Smith (1998) ao fazer referência à questão escalar, traz para o debate três escalas primárias insurgidas através do controle/produção do espaço pelo metabolismo societário do capital, sendo elas a escala do espaço urbano, da nação-Estado e do espaço global, destacando ainda que ambas foram dadas antes mesmo de o modo de produção capitalista tomar forma enquanto tal, tendo em vista que a escala urbana atua enquanto um “nó local no interior de circuitos globalmente organizados de acumulação do capital” e a escala global é pautada pelas redes de cidades e regiões interconectadas.

Ao considerarmos tais horizontes de ler e construir a abordagem escalar, temos em mente a importância de conceituarmos as principais diferenças e interlocuções entre as distintas leituras que se apreendem para esta temática, tendo em conta uma análise focada no conteúdo destrutivo gerado pelo metabolismo societário em voga, que traz rebatimen-

tos inclusive para outras leituras escalares que versam outros temas, a exemplo das escalas do clima e geomorfológica, dadas as devidas conexões no que diz respeito à ofensiva do capital sobre a natureza, promovendo a pilhagem dos recursos naturais, tendo poder também para interferir em escalas intermediárias no que diz respeito aos processos naturais.

Nesse sentido, apesar de nosso interesse relacionar-se a apreensão do caráter perverso das ações do metabolismo societário do capital que alteram/modificam/constroem/reconstroem escalas, tal processo pode ser verificado mesmo que de maneira um pouco diferente, nas escalas do clima, que não podem ser lidas apenas por suas dimensões espaciais e temporais, mas pelas “dinâmicas dotadas de atributos altamente sensíveis aos ritmos, variações e alterações de todas as forças terrestres”, e isso inclui a ação humana em potencial, mesmo que em escala menor de atuação, sendo importante enxergarmos os nexos/conexões destas escalas com as de maior representação responsáveis por processos atmosféricos e geológico-geomorfológicos complexos (SANT’ANNA NETO, 2013, p. 35).

Smith (2002) enfatiza que é na escala global que o capital age de forma mais avassaladora, dada esta ser a escala do capital financeiro e do mercado mundial, diferindo assim da escala do Estado-nação, caracterizada pela cooperação político-militar, e da escala local, de reprodução social, ou seja, a escala da vida cotidiana. Ao estocarmos tal leitura, temos em pensamento a necessidade de não apenas lermos o metabolismo societário em voga, dada a escala global, mas sim pela articulação das três escalas, e os rebatimentos que se objetivam para pensarmos as formas de expressão escalar da perversidade contida nas relações estranhadas produzidas pelo capital.

No entanto, as definições de escala que pontuamos até o momento, ainda não são suficientes no que diz respeito à totalidade das relações que podem ser analisadas através da realização de uma leitura escalar, sendo impreterível o debate que leve em consideração não apenas a dimensão espacial contida nestas, como também a temporal.

Haesbaert (2006, p. 104), por exemplo, enfatiza a importância de se diferenciar duas formas de interpretar a escala, sendo uma delas relacionada ao aspecto físico, estanque, quantificável do real e outra pautada por uma ideia objetivada numa noção de espaço e tempo enquanto relativos, em que a escala expressa uma dimensão relativamente mutável do real, sendo o espaço e o tempo “concomitantemente absolutos e relativos, estáveis e dinâmicos”, numa abordagem relacional.

Costa (2012) destaca que a escala pode ser concebida enquanto cenário por onde se encaminham as ações dos mais diferentes atores, sendo que as ações compõem a escala. Essa interpretação é interessante, pois nos permite enfatizar a objetivação das escalas produzidas por sujeitos históricos antagonistas, num processo que tem como ênfase o capital e seu par dialético, o trabalho, e como se realiza o enfrentamento entre esses atores, o que rebate na necessidade de compreendermos, como enfatizamos anteriormente, não apenas a dimensão espacial contida na análise escalar, como também a temporal.

Santos (1996) enfatiza que a escala é um dado/representação temporal e não espacial, tendo em consideração que a mesma varia com o tempo, chamando a atenção para a importância da compreensão dos eventos que se sucedem e que ao serem lidos/apreendidos, revelam a escala das variáveis relacionadas à produção do mesmo, podendo se levar em conta a escala das forças operantes e a escala do fenômeno. Todavia, a ocorrência destas escalas se dá pela extensão dos eventos. Ao pensarmos os eventos é importante denotarmos o embate entre duas escalas de análises, sendo uma delas relacionada com o cotidiano, pautada pelas ações locais em contrapartida a uma ordem global que capitaneia o desenvolvimento do que o autor pontua enquanto escalas superiores de análise.

Essas e outras definições nos levam a tensionarmos o viés que considera as escalas apenas enquanto níveis de uma determinada realidade, ordens de grandeza, bem como enquanto unidade de uma problemática e mediação entre diferentes representações como asseveram Lacoste (1985) e Gama (1998), pois a nosso ver a escala é muito mais que isso, ela é parte da construção não apenas do saber geográfico e suas mais diferentes formas de concepção, como também é capaz de nos levar a por em questão uma das principais ferramentas, opções metodológicas que marcam o desenvolvimento desta ciência, que advém da realização dos trabalhos de campo, que enxergamos por excelência enquanto enleados a materialização das escalas de análise.

É sob a égide desta discussão que Alentejano; Rocha-Leão (2006) admoestam que a articulação entre o local-regional e global se faz necessária na produção da análise de um fenômeno e que, pelo oposto, Serpa (2006) afirma que são as características de determinado processo/fenômeno que se pretende analisar é que justificarão a opção por determinado recorte espacial e não de outro, estando à escala ligada a ideia dos recortes espaciais de concretização da realidade apreendida.

A necessidade de tornamos apreensível às relações sociais por meio da abordagem escalar tem sentido quando consideramos as distintas estratégias que se perpetuam na construção escalar realizada pelo capital e pelos sujeitos sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, tendo em mente a importância de podermos ler a partir das escalas de análise, a construção/reconstrução de posicionamentos que estruturam o enfrentamento entre o capital e o trabalho neste início de século, pois a escala tem um papel central para aclararmos os conteúdos presentes nas contradições que se objetivam no enfrentamento de projetos opostos de sociedade, um pautado pelo metabolismo societário vigente e o outro que se propõe a ser oposto ao que está solidificado na atualidade (SMITH, 2002).

Esse ponto de vista nos impele um problema importante ao pensarmos/tensionarmos a abordagem escalar, que diz respeito a um processo verificado por Haesbaert (1999) e Brandão (2004), de modo que ao tratarmos questões como as colocadas neste texto ao trazem para o debate a realização de uma leitura geográfica do trabalho a partir da abordagem escalar, é comum que tenhamos em mente apenas a relação entre a escala local (da vida cotidiana) e global, omitindo assim o papel das escalas intermediárias na apreensão/leitura desses processos, ofuscando, portanto uma série de esclarecimentos no que tange a atuação do capital nos mais diferentes setores da economia, política e cultura mundiais e seu potencial regionalizador.

Dessa forma, escolher/tensionar uma escala exige que consideremos que ao realizar tal empreitada, estamos escolhendo atores/sujeitos, um modo e um campo de confrontação/enfrentamento, o que nos permite retomar a ideia de escala enquanto estratégia, ao mesmo tempo em que potencializa a possibilidade de lermos/ apreendermos o processo social que a constrói, sem deixarmos de considerar o desnível existente entre as mesmas, que são consequências das diferenças de poder entre os atores que promovem a construção destas.

Tal questão leva a imposição de algumas escalas sobre outras, pois “as estratégias escalares são postas em ação para produzir cenários favoráveis ao exercício do poder no espaço”, o que confere as escalas um caráter mutável, de acordo com as variáveis que são colocadas em debate, e que fica ainda mais visível quando consideramos a análise a partir das escalas geográficas, indo em contraposição ao exposto por Lacoste (1985, p.74) em que “um fenômeno só pode ser representado numa determinada escala de análise” (SANTOS, 1996; OLIVEIRA et.al, 2011; COSTA, 2012, p.72).

Escalas geográficas na construção do saber

Até o presente momento, tateamos a questão escalar de maneira geral, não nos importando com qual escala estamos de fato tratando, ao mesmo tempo em que os apontamentos e incisões realizados já qualificam nosso interesse de compreender o papel da escala na construção do saber geográfico. Desse modo, a apreensão da escala que queremos enfatizar diz respeito à produção das escalas geográficas, enquanto possibilidade de construirmos uma leitura geográfica do trabalho, tendo em consideração seu papel preponderante na leitura das contradições que marcam a sociedade sob o jugo do metabolismo societário do capital.

Ao trazermos para o debate as escalas geográficas, temos em pensamento seu potencial de não apenas representar os interesses do capital (escalas do capital), como também ser resultado e colaboradora das lutas sociais, permitindo, assim, que se faça o enfrentamento para com as mediações impostas pelo metabolismo societário vigente, ao mesmo tempo em que permitem propugnar caminhos que nos levem não apenas ao rompimento com o atual estado de coisas, como também a construção de uma alternativa que de fato possa responder aos anseios da humanidade, no que tange a uma vida cheia de sentidos, sendo no trabalho que enxergamos tal possibilidade (ANTUNES, 2000; SMITH, 2002).

Neste aspecto, a escala geográfica não é apenas balizadora de uma estratégia, representação de um fenômeno ou processo, mas também é produtora de um discurso geográfico que nos permite tensionarmos os caminhos/alternativas que se interpõem para pensarmos não apenas o movimento do real apreendido pela objetivação das relações de trabalho, como também os desafios calcados numa leitura que dê conta de captar o movimento do capital pelas mais diferentes escalas geográficas (BATLLORI, 2002).

Tal apontamento nos leva a questionarmos quais os problemas de pesquisa que trazemos, sendo a escala capaz de exprimir, pois, as angústias dos sujeitos sociais, permitindo, ainda, que se dê a devida visibilidade as mesmas com o intuito de saltarmos para uma compreensão pautada numa série de questões que passariam despercebidas, e que nos permitem ver a mesma não apenas enquanto um “recurso metodológico à disposição dos geógrafos”, mas também enquanto um “dado ontológico”, receptáculo de cada processo, e que

em nosso caso diz respeito às contradições que qualificam o metabolismo societário do capital, no que ponderamos enquanto prioridade do valor de troca em detrimento do valor de uso, materialização de um trabalho desprovido de sentidos, alienado, bem como da relação travada entre sociedade e natureza (SERPA, 2006; MELAZZO, p.134; CASTRO, 2007).

Em referência a construção do saber geográfico, Carlos (2009, p.77) enfatiza que é pela Geografia que podemos empreender um pensamento capaz de revelar “o movimento que vai da localização dos homens e de suas atividades na superfície da terra à produção do espaço como momento de produção da vida”, sendo primordial estocarmos em respeito ao *reverso da medalha* de tal definição, pois apesar de se realizar a produção da vida, não podemos deixar de considerar que também o é, da produção de contradições e porque não, de morte para a humanidade. Isso é facilmente detectável através do caráter seletivo e manipulatório que perpassam as escalas de atuação do capital e sua capacidade de intervir nas mais diversas realidades pelas quais se depara, impondo assim, sua vontade.

As escalas também são responsáveis pela interação social existente entre os sujeitos que as produzem, com ênfase para as diferentes temporalidades que se apresentam na elaboração das mesmas como postulamos anteriormente, produzindo então, interações espaciais capazes de exprimir o movimento empreendido entre o tempo e o espaço, nos permitindo uma compreensão das “relações entre elementos espaciais e temporais, por meio da interação entre os agentes e as dinâmicas capazes de transformar o arranjo espacial”, como aponta Catelan (2012, p.30).

Em contrapartida, também é permeada pelas mais diferentes estratégias de controle social, a exemplo das contradições que caracterizam a relação capital x trabalho, levando em conta as estratégias de controle social dentro e fora do trabalho, bem como de apropriação dos recursos naturais, sendo o papel da escala, o de legitimar tais ações executadas pelo capital (SILVEIRA, 2006; COSTA, 2012).

Ao enfatizarmos a capacidade que as escalas geográficas possuem de legitimar o atual estado de coisas, não perdemos de vista, que pelo oposto, elas também tem a capacidade nos oferecer caminhos, propostas, sinalizações para rompermos com tal configuração, sob a aposta de um entendimento que verse as escalas enquanto reveladoras dos processos

sociais resultantes do desenvolvimento da humanidade, o que se encaixa na concepção de escala admoestada por Smith (1992; 1998), ao abordar a mesma enquanto resolução geográfica de processos sociais contraditórios, nos possibilitando a realização de uma leitura pautada pela ideia do desenvolvimento desigual, tendo em pensamento a produção espacial e territorial em diferentes níveis, sendo importante considerar também, a diferenciação interna dos territórios enquanto expressão geográfica da divisão do trabalho.

Brenner (2013, p. 210) aponta uma questão importante que se trata da atuação das *escalas pretéritas*, dadas às estratégias que visam à reorganização de configurações escalares pretéritas, e que é facilmente percebida quando nos atentamos para as formas pelas quais o capital atua no território dos Estados-nações, não sendo as escalas então “propriedades estáticas, fixas ou permanentes das instituições político-econômicas”, e sim resultados de processos de escalonamento e reescalonamento.

O panorama apresentado por Brenner (2013, p. 211) é interessante, pelo fato de que ao buscarmos uma concepção de escala que dê conta de nossas aspirações teórico-metodológicas, como também práticas, é preciso que entendamos que “as escalas não podem ser consideradas adequadamente como unidades fixas no interior de um sistema de recipientes encaixados definidos por seu tamanho geográfico absoluto”, num modelo parecido com o das bonecas russas, e que faz muito sentido tendo em vista que, de forma a poder oferecer esclarecimentos/posicionamentos no que diz respeito ao movimento do real, a escala deve ser apreendida de modo ‘relacional’.

Guimarães (2005) num olhar semelhante, assevera que a escala geográfica não deve ser relacionada apenas com o cotidiano, o local, pois além de produzida socialmente, a escala é “uma fusão do tempo e do espaço, da Geografia com a História”, articulando a escala do cotidiano a outro nível escalar que diz respeito à escala “do comando e do controle cada vez mais globalizado”, e que representa o tempo histórico em que estamos situados, tendo em conta todo um arcabouço que visa à destruição (liofilização) dos homens e mulheres enquanto células vivas dentro e fora do trabalho todos os dias (ANTUNES, 2000).

Tal propositura nos remete a enfatizarmos a necessidade de enxergarmos as escalas geográficas enquanto “escalas espaço-temporais”, que se dão a partir de uma análise conjugada das dimensões espacial/geográfica e temporal/histórica da realidade, enquanto possi-

bilidade de empreendermos uma leitura que possa verdadeiramente dar conta de apreender o jogo de escalas e a inter-relação existente entre as mais diferentes escalas na construção do movimento do real, exemplificado a partir das ações dos atores³ que constroem/reconstroem as escalas geográficas (HAESBAERT, 2006).

Essa proposta chega em boa hora, tendo em pensamento o desafio de não negligenciar nenhuma escalas, pois o conteúdo expresso por estas, possui maior sintonia quando analisamos as mais diferentes configurações, desde a escala local até a de caráter global, podendo captar similitudes e diferenças que materializam o processo de totalização de uma leitura geográfica a partir da escala. Todavia, sob tal interpretação, Sposito (2006, p. 149-150) faz uma ressalva importante, que diz respeito ao fato de que não bastaria apenas reconhecer na escala, seu potencial articulador de diferentes recortes territoriais, mas sim a forma como “o tempo incide sobre diferentes territórios, oferecendo condições para o estabelecimento de relações de diferentes tipos, naturais, econômicas, políticas, sociais, culturais...que se refletem no espaço e nele se apoiam”, sendo de fato interações espaço-temporais.

Moreira (2001, p. 9) chama a atenção para o fato de que a escala seja “um todo de planos cruzados” em que cada recorte” é um plano “que faz do todo do espaço um entrecruzamento de múltiplos recortes...havendo tantos recortes e entrecruzamentos quantos sejam os planos de atravessamento dos conflitos”, sendo a escala então “algo mais complexo que um simples produto espacial dos conflitos, pois o espaço é um plano de representação do olhar hegemônico”.

Ao objetivarmos tal entendimento, endossamos nossa escolha por uma concepção de escala que se define pelo fato destas serem “produtos do capital, instâncias de concretização e de negação de seus movimentos internos” como argumentam Melazzo; Castro (2007, p.139), sendo por si só produções sociais, mas que não devem deixar de considerar a proposta de Sousa (2013, p.182) no que tange a escala da ação, tendo em conta a possibilidade do “alcance espacial das práticas dos agentes” enquanto protoforma para empreendermos considerações relacionadas à produção/construção do que estamos considerando

³ Ao tratarmos dos atores produtores das escalas, não podemos perder de vista que a entrada de novos atores nas relações de poder, infere mudanças na escala de comando, resultando assim, em mudanças na escala como enfatiza Costa (2012).

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n.10, v. 03, p. 90-112, jan-abril, 2019.

enquanto ‘escalas de enfrentamento’, ou de ‘formas de estratégias, na busca por arranjos escalares radicalmente diferentes’ na acepção de Brenner (2013), daquelas compostas pelo olhar hegemônico, numa acepção de Moreira (2001).

Assim, parafraseando Smith (1998, p.195)⁴, “uma compreensão da escala nos dá o instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital”, nos estimulando a cotejar a partir de uma leitura geográfica do trabalho, o jogo de escalas estabelecido, e sua capacidade de manutenção do metabolismo societário do capital, que como veremos na próxima seção deste texto, acaba por configurar o que o autor proclama enquanto “vaivém do capital”, no que tange a criação, destruição e recriação de escalas, dada a tendência do capital em se mover para onde possa aferir a maior taxa de lucro encimada na exploração do trabalho não pago.

O papel da(s) escala(s) na construção de uma leitura geográfica do trabalho no início do século XXI

O profícuo debate que realizamos até o presente momento em respeito à abordagem escalar não deve deixar de considerar a exemplificação do que discutimos e questionamos, tendo por base a necessidade de enxergarmos no real, as relações e os significados enquanto produtos do homem social, sendo este um sujeito real do mundo social, o que nos direciona para o debate escalar, bem como nos imprime a necessidade de enxergarmos a escala enquanto mediadora entre a ação e a intenção (KOSIK, 1976; RACINE, RAFFESTIN, RUFFY, 1983).

Dessa maneira é que qualificamos a apreensão de um fragmento do real exemplificado na configuração apreendida na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), alvo do avanço do agronegócio canavieiro nos últimos anos, sendo parte do que Moreira (2002) qualifica enquanto um “modelo concentrador e excludente”, num processo que sintetiza tudo o que debatemos até o presente momento, de maneira a considerar o intrincado jogo de escalas que se faz mister entender para a realização de uma leitura geográfica

⁴ Estamos considerando enquanto proposta escalar realizada por Neil Smith, aquelas que dizem respeito aos seguintes textos: Smith (1987; 1992;1998 e 2002), com ênfase para aquela debatida em Smith (1992), em que o autor pontua em respeito desde a escala do corpo até a dos limites globais, passando pela escala da casa, da comunidade, do espaço urbano, da região e da nação.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n.10, v. 03, p. 90-112, jan-abril, 2019.

pelo trabalho, e neste sentido colocarmos ênfase nos expostos de Smith (1998) no que tange ao vaivém do capital.

Ao estabelecermos tal correlação temos em juízo à chegada do capital agroindustrial canavieiro na região, que a procura de terras férteis, disponibilidade hídrica, com preço acessível, acabaram por fomentar/eleger a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), como um dos lócus dessa expansão, sob o agravante da existência na mesma de terras com pendência jurídica, o que sela a aliança entre o capital e o Estado, engendrando na região a proposta de desenvolvimento pelo setor canavieiro, proposta essa endossada num primeiro momento pelo Pró-oeste (PROCANA) no período do Proálcool, sendo depois relegada ao esquecimento com o declínio do programa (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000; THOMAZ JUNIOR, 2009).

É a partir desta configuração que podemos entender os desdobramentos no que diz respeito à escala, pois o capital realizou um movimento de vaivém nesta região, num primeiro momento no final da década de 1970 e início da década de 1980, retomando seu movimento para a mesma num período posterior, especificamente a partir do ano de 2005, em que inicia a marcha voraz de expansão da cultura canavieira na região, o que manifesta o exposto por Brenner (2013, p.1 99) dado o fato de “o espaço estar sempre sendo produzido e transformado sob o capitalismo” com os mais perversos desdobramentos que vão desde os expedientes de precarização, degradação e superexploração do trabalho até a contaminação de córregos, plantações etc., bem como a atração exercida no que diz respeito à mão de obra migrante que passaram a figurar na região (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Em respeito a tal configuração, Brenner (2013) considera esta enquanto parte de um processo de reescalonamento, onde arranjos escalares pretéritos e estratégias nascentes, acabam por efetivar a restauração/revigoração destes arranjos, e que se exemplifica quando refletimos em respeito ao desenvolvimento do setor canavieiro na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), num processo marcado pela articulação de múltiplas escalas, desde a local sob os incentivos dos municípios para que se instalem unidades processadoras, passando pela regional, ao enxergar no agronegócio canavieiro, uma possibilidade de desenvolvimento regional, pela territorial/nacional (pacto federativo) , dadas as políticas que fomentam o desenvolvimento do setor, vide o sistema de créditos ofertados pelo BNDES, até a escala global, tendo por base a possível transformação do etanol em uma

commodity e os investimentos de capital estrangeiro que tem sido realizados na última década no país.

Santos (1996, p.338) nos impele que compreender essas configurações espaciais e territoriais a partir da abordagem escalar, permite nos considerar que a cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher outros, tendo em vista que o movimento do espaço deve ser transposto pelo movimento dos lugares, mesmo que estes estejam ligados ao tempo do metabolismo societário do capital, que tenta impor a todos os lugares uma única racionalidade, sendo o território “a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local”.

Thomaz Junior (2003, p.14) advoga que é no âmbito da escala geográfica “enquanto produto das relações sociais que podemos dimensionar a amplitude fenomênica e as contradições que, enquanto concreto em pensamento, conseguimos visualizar na forma da expressão territorial do domínio locacional”, sendo importante considerarmos que uma leitura geográfica do trabalho, não deve deixar de ter em conta alguns aspectos que dizem respeito a exploração do trabalho tal como temos no atual estado de coisas vigente, dado esta ser parte da desvinculação do que Heidrich (1999) propõe enquanto exercício de soberania, ofuscado pela instauração da sociedade de classes, do surgimento da propriedade livre e do Estado de representação política.

Outro ponto importante a ser considerado é o das influências causadas pela mudança em outras escalas geográficas que acabam por criar rebatimentos para outros territórios. Tal questão é importante ao tensionarmos os motivos que levam os trabalhadores a migrarem de outras regiões para a Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) em busca de remuneração no setor canavieiro, tendo em conta o ordenamento territorial e escalar ter se processado em seus locais de origem, promovendo a expulsão dos mesmos. Desse modo, ao tatearmos uma leitura geográfica do trabalho pela abordagem escalar não podemos nos eximir de considerar tais processos que ocorrem no território (SHEPPARD, 2002).

Todavia, pensar em respeito ao papel da escala geográfica para a construção de uma leitura do trabalho, não deve perder de vista as possibilidades de confrontação com o que está posto, ou seja, buscando não apenas rivalizar o domínio escalar exercido pelo capital, a

partir de suas personificações, como também ultrapassar e construir interações socioespaciais que deem respaldo a necessidade de se tensionar um modelo alternativo ao que está em voga, tendo em consideração que tal como está, o mesmo é fadado a implodir-se, num quadro de barbárie social como nunca antes presenciado na história da humanidade.

Em relação a este aspecto, o papel da escala não está apenas na representação da realidade circunscrita, a exemplo da configuração existente na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), mas sim na efetiva capacidade que a leitura escalar tem de oferecer possibilidades de enfrentamento e oposição ao quadro imperante, sendo de vital importância a ampliação do debate em respeito à escala na construção do saber geográfico, levando em conta justamente tal propositura, pois tem um papel primordial na construção/consecução deste saber, mas este é ofuscado a um segundo plano na análise empreendida, gerando assim deformações na análise preterida, perdendo –se um conteúdo rico e profícuo que poderia ser posto em debate, se tal mediação com a escala fosse realizada.

Ao passo que, entender, apreender, ler o trabalho geograficamente neste início do século, não nos exime de enxergarmos o lastro de contradições que o modelo societário nos impele de realizar, bem como de construir o movimento que dê conta de realizar a interlocução entre as mais distintas escalas de análises, não versada numa concepção multi-escalar, e sim numa proposta que Brandão (2004) qualifica enquanto ‘transescalar’, que se faz tão necessária, tendo em vista um país com dimensões territoriais como é o caso do Brasil, num processo que não exclua escalas, pelo oposto, que busque a integração das mesmas, de modo a gerar um processo distinto daquele efetivado pelo capital em sua leitura escalar.

Por fim, Smith (1992) ressalta que a conquista da escala global (a escala de atuação maior do capital) pode parecer impossível, porém não apenas é possível como também é real, sendo assim, acreditamos que outra sociedade não é apenas possível, como também necessária, e a escala geográfica assume um papel primordial nesta empreitada, tendo em mente seu potencial não apenas de revelar as contradições que permeiam o metabolismo societário do capital, como também no sentido de nos oferecer estímulos/possibilidades para que não só realizemos o enfrentamento, mas acima de tudo que continuemos energizados na perspectiva de que enquanto sujeitos históricos, podemos de fato alterar o estado de coisas vigente.

Conclusões

Iniciamos esse constructo afirmando a necessidade de captarmos o fenômeno de cada coisa, de modo a podermos compreender a coisa em si mesma, ou seja, aquilo que ela omite, desvendando assim seu conteúdo, sendo tal passagem relevante quando consideramos o papel da escala na construção do saber geográfico, tendo em pensamento a análise do conteúdo, sob o intuito não de abarcarmos a totalidade, mas sim, de desvendarmos as contradições que configuram o movimento do real (KOSIK, 1976).

Todavia, ao analisarmos a realidade, não podemos perder de vista a produção das relações sociais concretas pelos sujeitos sociais que diariamente vendem sua força de trabalho, enxergando na abordagem escalar, a possibilidade de transcendermos uma análise des preocupada com o estado de coisas vigente, pautada pela ideia de que as relações se deem num plano que não aquele do real concreto apreensível, não perdendo de vista portanto, a necessidade de se debater a espacialidade dos problemas/agravos que caracterizam a humanidade neste início de século.

Tal análise caminha na direção oposta daquela que privilegia certas escalas de análise em detrimento de outras, devendo se considerar que é a partir do jogo de escalas que se projeta/desenha para a sociedade, que podemos buscar as devidas mediações/ sentidos que deem conta de apreender a teia complexa, que representa a articulação das mais diversas escalas para a manifestação de um determinado objeto/fenômeno ou processo, sem perder de vista a subordinação de todas estas escalas, a escala de dominação do capital, ao mesmo tempo, sem deixarmos de qualificar o debate em torno da necessidade de produzirmos o enfrentamento para com a mesma.

Neste aspecto, é que enxergamos não apenas na escala local (do cotidiano) o papel de protagonista nesta empreitada, mas sim da articulação de escalas que começam bem mais próximas, nos valendo das três escalas menores de que fala Smith (1992), a citar: a do corpo, da casa e da comunidade, enquanto possibilidade de tensionarmos o que está posto, ao mesmo tempo sem perder de vista o papel das escalas intermediárias nesta análise, objetivando assim um campo de forças que possa mediar tal empreitada.

Então, ao pensarmos o papel da escala para uma leitura geográfica do trabalho, temos em mente o desafio de continuar a acreditar que uma alternativa oposta a que está

colocada, não é apenas possível, como também necessária, dados os graves e inconsequentes desdobramentos que a ordem metabólica atual produz, sob a égide de uma escala de dominação planetária que se ramifica para os mais diversos níveis e ordens de análise, sendo nosso dever o de aclarar e empreender a autocrítica no que tange a esta configuração.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo R.; ROCHA-LEÃO. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.84, p.51-67, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez:UNICAMP, 2000, 155p.

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. **Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia**: escalas em Geografia Urbana. 200f.1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.01-93.

BATLLORI, Roser. La escala de análisis: un tema central en didáctica de la geografía. **Revista Iber**, n.32, 2002, versión electrónica.

BENTO, Fredi dos Santos. **Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI**. 2015.

BRAY, Silvio Carlos; FERREIRA, Enéas Rente; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**.1. ed. Marília: Editora da UNESP, 2000, 104p.

BRANDÃO, Carlos. O Processo de Subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o jogo das escalas. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. (Org.). **Desigualdades Regionais**. Salvador: SEI, p. 9-37, 2004.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP**, São Paulo, n.33, 2013, p.198-220.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Da “Geografia Abstrata” a “Geografia Concreta”**. In: MENDONÇA, Francisco; LOWER-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009, p.73-90.

CATELAN, Marcio José. **Heterarquia urbana**: interações espaciais e interescalares e cidades médias. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. 2012.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. O ensino e o saber geográfico no âmbito da pós-graduação brasileira. **Revista Geografia em Atos**, v. 1, n. 6, 2018.

COSTA, Jodival Mauricio da. Produção de escala geográfica e meio ambiente: análise a partir de processos espaciais na Amazônia Oriental. **Sociedad Hoy**, n.23, p.67-81, segundo semestre, 2012.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n.10, v. 03, p. 90-112, jan-abril, 2019.

ISSN: 1984-1647

DOS SANTOS BENTO, Fredi. Migração de trabalhadores jornaleros agrícolas para o capital nos Estados de Oaxaca, Chiapas e Guerrero (México). **Geografia em Atos (Online)**, v. 2, n. 7, p. 94-113, 2018.

DOS SANTOS BENTO, Fredi; JUNIOR, Antonio Thomaz. A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO ENCIMADA NAS MIGRAÇÕES SAZONAIS PARA OS CANAVIAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP), NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 16, n. 1, 2015.

GAMA, Antonio. Escalas, representações e ação social. **Cadernos de Geografia**, n.17, p.17-21, 1998.

GUIMARÃES, Raul Borges. Regiões de saúde e escalas geográficas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.21, vol.4, p.1017-1025, jul-ago, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1999.

_____. **Territórios alternativos**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2006,186p.

HEIDRICH, Alvaro Luiz. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. **Boletim Gaúcho de Geografia**, jun, 1999, n.25, Porto Alegre, p.63-75

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 230p.

LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 1.ed. Campinas: Papyrus, 1985, 263p.

LÉFÈBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, 301p.

LUKÁCS, Gyorgy. **Por uma ontologia do ser social I**. 1.e.d. São Paulo: Boitempo, 2012, 434p.

MACÊDO, Marta Paiva de. **Escala de análise e cartográfica: estudo da representação gráfica dos fenômenos complexos, no âmbito da ciência geográfica**.224f. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo.

MELAZZO, Everaldo Santos.; CASTRO, Clóvis Alexandre. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? **Revista Terra Livre**, ano 23, vol.2, n.29, ago-dez de 2007, p.133-144.

MÉSZÁROS, István.**A montanha que devemos conquistar**.1.ed.São Paulo: Boitempo, 2014, 184p.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais na construção geográfica das sociedades. **Revista Geographia**, vol.3 n.5, 2001.

_____.Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **Revista Geographia**, vol.4, n.7, 2002.

OLIVEIRA, Israel Montesuma et. al. Escala e seus agentes em dissolução: uma perspectiva transescalar. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, número especial EGAL, p.1-10, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento Tomo II**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, 706p

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY. Escala e ação: contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 45, n.1, jan-mar de 1983, p.133-145.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011, 171p.

SANT'ANNA NETO, João Lima. Escalas geográficas do clima: mudança, variabilidade e ritmo. In: Margarete C. de Costa Trindade Amorim; João Lima Sant'Anna Neto; Ana Monteiro (orgs.) **Climatologia urbana e regional**: questões teóricas e estudos de caso. 1. Edição. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, 384p.

SERPA, Angelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.84, p.07-24, 2006.

SHEPPARD, Eric. The spaces and times of globalization: place, scale, networks, and positionality. **Economic Geography**, vol.78, n.3, p.307-330, Clark University, JSTOR, 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. Escala geográfica: da ação ao império. **Terra Livre**, Goiânia, ano 20, vol.2, n.23, p.87-96, jul-dez, 2004.

SMITH, Neil; WARD, Dennis. The restructuring of geographical scale: coalescence and fragmentation of the Northern Core Region. **Economy Geography**, vol.63 n.2, p.160-182, abr. de 1987. Clark University JSTOR, 1987.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual, natureza, capital e produção do espaço**. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 1988.

_____. Contours of a spatialized politics:Homeless Vehicles and the production of geographical scale. **Social Text**, n.33, p.54-81, Duke University Press, JSTOR,1992.

_____. Geografía, diferencia y las políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n.19, p.127-146, jul-dez 2002.

SOUSA, Marcelo Lopes de. Escala Geográfica. “ Construção social da escala e políticas de escala”. In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, Presidente Prudente, vol.3, n.5, p.143-157, 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Pegada**, vol.4, n.2, p.05-22, nov. de 2003.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI.** (Limites explicativos, auto-crítica e limites teóricos). 2009. 997f. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, vol.7, n.1, número especial, p.307-329, outubro de 2011.

Sobre os autores (Informações coletadas do Lattes em 23/03/2019)

Fredi dos Santos Bento

Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela FCT (Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(UNESP), tendo desenvolvido o projeto de mestrado:Migração do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e anteriormente pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).Atualmente é Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição.

Guilherme dos Santos Claudino

Graduado em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente-SP da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2015). Membro do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR). Atualmente é Doutorando em Geografia, desenvolvendo pesquisa em História e Epistemologia do Pensamento Geográfico, com os seguintes temas: Geografia do Conhecimento, Ensino de Geografia e Produção Acadêmica (dissertações e teses no Brasil) e relação étnico-raciais na história da geografia também financiado pela FAPESP.

Como citar esse artigo

BENTO, F. S; CLAUDINO, G. S. Escala, trabalho e saber: uma introdução ao debate escalar na Geografia. In: **Revista Geografia em Atos** (Geotos online), v. 03, n. 10, p. 90-112, jan-abril, 2019.

Recebido em: 2019-02-19

Aceito em: 2019-03-26